



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ

Ofício Nº 024/2015

Pacujá(CE), 10 de Novembro de 2015.

Da: Prefeitura Municipal de Pacujá
Para: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará-TCM

Assunto: **Remessa da Lei LDO-2016.**

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao que estabelece o Art. 4º da Instrução Normativa nº 03/2000 do TCM, estamos enviando a essa Corte de Contas, a Lei nº 494/2015 de 13/08/2015, que trata da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias que estabelece as metas, prioridades e diretrizes da Administração Pública do Município de Pacujá, para a Elaboração do Orçamento para o Exercício de 2016.

Sendo o que se apresentamos para o momento, aproveitamos a oportunidade para reafirmar a vossa excelência, votos de admiração e respeito.

Atenciosamente,


MARIA LUCIVANE DE SOUZA
Prefeita Municipal

Exmo Sr.
DD. Francisco de Paula Rocha Aguiar
Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios da Estado do Ceará/TCM-CE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ

Ofício Nº 024/2015

Pacujá(CE), 10 de Novembro de 2015.

Da: Prefeitura Municipal de Pacujá
Para: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará-TCM

Assunto: **Remessa da Lei LDO-2016.**

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao que estabelece o Art. 4º da Instrução Normativa nº 03/2000 do TCM, estamos enviando a essa Corte de Contas, a Lei nº 494/2015 de 13/08/2015, que trata da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias que estabelece as metas, prioridades e diretrizes da Administração Pública do Município de Pacujá, para a Elaboração do Orçamento para o Exercício de 2016.

Sendo o que se apresentamos para o momento, aproveitamos a oportunidade para reafirmar a vossa excelência, votos de admiração e respeito.

Atenciosamente,


MARIA LUCIVANE DE SOUZA
Prefeita Municipal

Exmo Sr.
DD. Francisco de Paula Rocha Aguiar
Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios da Estado do Ceará/TCM-CE.



CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

C.G.C 35.049.485/0001-92

Ano 2015

Independência e compromisso com o povo



LEI N.º 494/2015 EM 13 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre as Diretrizes
para a elaboração e execução da Lei
Orçamentária para o exercício de
2016 e dá outras providências.

A Presidenta da Câmara Municipal de Pacujá, Rita Benjamim Gomes, no uso de suas atribuições legais, especialmente no que tange ao Art. 45, § 7º, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, art. 203, § 2º, da Constituição Estadual e no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as Diretrizes Orçamentárias do Município de PACUJÁ para o exercício econômico-financeiro de 2016, compreendendo:

- I. As metas e prioridades da administração pública municipal;
- II. A estrutura e organização da lei orçamentária;
- III. As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV. As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- V. As disposições relativas às despesas de pessoal e encargos sociais da administração pública municipal;
- VI. As disposições finais.

Paço Legislativo Edifício João Felipe Ribeiro – Rua Prof. João Leônico S/N
C.G.C 35.049.485/0001-92, fone-fax: (88)3641-1113 Centro Pacujá-Ce

Rita Benjamim Gomes

Rita Benjamim Gomes
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ



CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

C.G.C 35.049.485/0001-92

Ano 2015

Independência e compromisso com o povo



Parágrafo único: Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais, o Anexo de Riscos Fiscais e as Metas de Prioridades da Administração Municipal.

CAPÍTULO I DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - A elaboração e aprovação do projeto de Lei Orçamentária de 2016, e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de *superávit* primário para o setor público municipal, estabelecida no Anexo de Metas Fiscais constante do anexo I desta Lei.

Art. 3º - As metas e prioridades do governo municipal para o exercício de 2016, foram especificadas no Plano Plurianual 2014/2017, as quais terão procedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2016, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 4º - A Lei Orçamentária Anual de 2016 compor-se-á de:

- I – Orçamento Fiscal; e
- II – Orçamento de Seguridade Social;

Art. 5º Para efeito desta lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

Paço Legislativo Edifício João Felipe Ribeiro – Rua Prof. João Leôncio S/N
C.G.C 35.049.485/0001-92, fone-fax: (88)3641-1113 Centro Pacujá-Ce

Rita Benjamin Gomes
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ
Rita Benjamin Gomes



CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

C.G.C 35.049.485/0001-92

Ano 2015

Independência e compromisso com o povo



IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – Unidade Orçamentária, o menor nível de classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional

Art. 6º As fontes de recursos serão apresentadas na forma regulamentada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, segundo:

- 000 – Recursos ordinários;
- 011 - Recursos de Educação
- 012 – Transferência do FUNDEB 60%
- 013 – Transferência do FUNDEB 40%
- 014 – Recursos do FNDE
- 015 – Transferência de Convênios Educação
- 021– Recursos Destinados à Saúde
- 022 – Recursos do SUS
- 029 – Outros Recursos Destinados à Saúde
- 031 – Recursos do FNAS
- 032 – Transferência de Convênios de Assistência Social
- 039 – Outros Recursos Destinados à Assistência Social
- 071 – Recursos de Alienação de Bens/Ativos
- 072 – Outros Recursos de Convênio
- 090 – Outras Destinações Vinculadas de Recursos

§ 1º Os grupos de natureza de despesas, constituem agregação de elemento de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I – pessoal e encargos sociais – 1: compreendendo a despesa total: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como: vencimentos e vantagens, fixas e variáveis; subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência, em conformidade com a lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

II – juros e encargos da dívida – 2: compreendendo as despesas com: juros sobre a dívida por contrato, outros encargos sobre a dívida por contrato, juros, deságios e descontos sobre a dívida mobiliária, outros encargos sobre a dívida mobiliária, encargos sobre operações de crédito por antecipação da receita, indenizações e restituições;

Paço Legislativo Edifício João Felipe Ribeiro – Rua Prof. João Leôncio S/N
C.G.C 35.049.485/0001-92, fone-fax: (88)3641-1113 Centro Pacujá-Ce

Rita Benjamin Gomes
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ



CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

C.G.C 35.049.485/0001-92

Ano 2015

Independência e compromisso com o povo



III – outras despesas correntes – 3: compreendendo as demais despesas correntes não previstas nos incisos I e II deste parágrafo;

IV – investimentos – 4: compreendendo as despesas com obras e instalações; equipamentos e material permanente e outros investimentos em regime de execução especial;

V – inversões financeiras – 5: compreendendo as despesas com aquisição de imóveis, aquisição de insumos e/ou produtos para revenda; constituição ou aumento de capital de empresas, aquisição de títulos de crédito, concessão de empréstimos, depósitos compulsórios, aquisição de títulos representativos de capital já integralizado;

VI – amortização da dívida – 6: compreendendo as despesas com o principal da dívida contratual resgatado, principal da dívida mobiliária resgatado, correção monetária ou cambial da dívida contratual resgatada, correção monetária ou cambial da dívida mobiliária resgatada, correção monetária de operações de crédito por antecipação da receita, principal corrigido da dívida mobiliária refinanciada, amortizações e restituições.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 11 desta Lei, será identificada pelo dígito 9, no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

§ 4º A modalidade de aplicação, de que trata este artigo, destina-se a indicar, na execução orçamentária, se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou transferidos, ainda que na forma de descentralização, a outras esferas de governo, órgãos ou entidades.

§ 5º A despesa, segundo os grupos de natureza de despesa, será discriminada, na execução orçamentária, pelo menos por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade e elemento de despesa.

§ 6º A inclusão de grupo de despesa em categoria de programação, constante da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, será feita por meio de abertura de créditos adicionais, autorizados em Lei e com a indicação dos recursos correspondentes.

Art. 7º - As receitas serão classificadas segundo sua destinação, especificando o identificador de uso, grupo de fonte de recursos e fontes de recursos.

Art. 8º - O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual constituído de:

I – texto da lei;

II – quadros orçamentários consolidados;

Paço Legislativo Edifício João Felipe Ribeiro – Rua Prof. João Leôncio S/N
C.G.C 35.049.485/0001-92, fone-fax: (88)3641-1113 Centro Pacujá-Ce

Rita Benjamin Gomes
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ



CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

C.G.C 35.049.485/0001-92

Ano 2015

Independência e compromisso com o povo



III – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV – receitas, de acordo com a classificação constante da Portaria do Tesouro Nacional, identificando a sua destinação com a fonte de recursos correspondente;

V – despesas, discriminadas na forma prevista no art. 6º e nos demais dispositivos desta Lei;

VI – discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º Os quadros orçamentários consolidados a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I – evolução da receita do Tesouro, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição;

II – evolução da despesa do Tesouro, segundo categorias econômicas e grupo de despesa;

III – resumo da receita dos orçamentos fiscal e seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV – resumo da destinação da receita pública dos orçamentos fiscal e da seguridade social conjuntamente;

V – receita e despesa dos orçamentos fiscal e seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo as categorias econômicas, conforme o Anexo I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações;

VI – receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações;

VII - resumo da despesa dos orçamentos fiscal e seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

VIII – despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo o Poder e órgão, por grupo de despesa e fonte de recursos;

IX – despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por órgão, função, sub-função, programa e grupo de despesas;

Paço Legislativo Edifício João Felipe Ribeiro – Rua Prof. João Leôncio S/N

C.G.C 35.049.485/0001-92, fone-fax: (88)3641-1113 Centro Pacujá-Ce

Rita Benjamin Gomes
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ



CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

C.G.C 35.049.485/0001-92

Ano 2015

Independência e compromisso com o povo



X – programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, e às ações de serviços públicos de saúde, nos termos do art. 212 da Constituição Federal e da Emenda Constitucional nº 29;

XI – fontes de recursos por grupos de despesas;

XII – despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, segundo os programas de governo, com seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhados por atividades, projetos e operações especiais, com identificação das metas, se for o caso, e unidades orçamentárias executoras;

XIII – gastos com pessoal e encargos sociais, e outras despesas de pessoal, nos termos do art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I – avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, explicitando receitas e despesas, evidenciando a metodologia de cálculo de todos os itens computados nas necessidades de financiamento;

II – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

§ 3º O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual e de créditos adicionais por meio tradicional e eletrônico, em linguagem de fácil compreensão.

Art. 9º - Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo encaminhará a Secretaria Finanças, até o dia 01 de setembro de 2015, sua proposta orçamentária, conforme estabelecido no art. 29 – A, da Constituição Federal, a divulgação da receita nos termos do art. 12, § 3º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, e os parâmetros e diretrizes desta lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 10 – A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência, em montante equivalente a no mínimo 0,2% da receita corrente líquida, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para o atendimento de passivos contingentes e riscos fiscais imprevistos, nos termos estabelecido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Paço Legislativo Edifício João Felipe Ribeiro – Rua Prof. João Leôncio S/N
C.G.C 35.049.485/0001-92, fone-fax: (88)3641-1113 Centro Pacujá-Ce

Rita Benjamin Gomes
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

R. Benjamin Gomes



CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

C.G.C 35.049.485/0001-92

Ano 2015

Independência e compromisso com o povo



CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 11 – O projeto de lei orçamentária relativo ao exercício de 2016, deverá assegurar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, dando ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 12 – Na elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária de 2016, deverão ser consideradas as previsões das receitas e despesas discriminadas no Anexo de Metas e de Riscos Fiscais que integra esta Lei, com base nos parâmetros macroeconômicos projetados para 2016.

§ 1º Caso haja necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, os percentuais e o montante necessário da limitação serão distribuídos, de forma proporcional à participação de cada um dos Poderes no conjunto de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras de cada unidade orçamentária, constantes na programação inicial da Lei Orçamentária, excetuando-se as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais.

§ 2º Caso haja necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira, conforme previsto no § 1º deste artigo, o Chefe do Poder Executivo publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão, entidade ou fundo terá como limite de movimentação e empenho.

§ 3º Caso haja limitação de empenho e de movimentação financeira, serão preservados, além das despesas obrigatórias por força constitucional e legal, os programas/atividades/projetos relativos à ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, combate à fome e à pobreza, e as ações relacionadas à criança, ao adolescente, ao idoso e à mulher.

§ 4º Em razão da necessidade de redefinição das receitas e despesas por ocasião da elaboração do orçamento de 2016, as metas fiscais estabelecidas nesta Lei poderão ser ajustadas pela Lei Orçamentária Anual, que deverá conter demonstrativo evidenciando as alterações realizadas.

§ 5º Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos

Paço Legislativo Edifício João Felipe Ribeiro – Rua Prof. João Leônicio S/N

C.G.C 35.049.485/0001-92, fone-fax: (88)3641-1113 Centro Pacujá-Ce

Rita Benjamin Gomes
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

R. Benjamin Gomes



CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

C.G.C 35.049.485/0001-92

Ano 2015

Independência e compromisso com o povo



resultados do programa do Governo, com vistas à elevação da eficiência e eficácia da gestão pública.

Art. 13 – No projeto de Lei Orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de 2015, com base nos parâmetros macroeconômicos projetados para 2016, conforme discriminado no Anexo de metas Fiscais desta Lei.

Art. 14 – A alocação dos créditos orçamentários, na Lei Orçamentária Anual, será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes.

Art. 15 – Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras.

Art. 16 – Para a classificação da Receita e da Despesa, quanto à sua natureza, as instituições utilizarão o conjunto de tabelas discriminadas na Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 e suas alterações posteriores.

Art. 17 – Ao projeto de Lei Orçamentária não poderão ser apresentadas emendas que anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

I – recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando suplementados para a própria entidade;

II – contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal;

III - recursos destinados a obras não concluídas das administrações direta e indireta, consignados no orçamento anterior.

Parágrafo único. A administração poderá anular a dotação da Reserva de Contingência prevista no Projeto de Lei Orçamentária, desde que, os passivos contingentes não venham a ocorrer.

Art. 18 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, que exerçam atividade de natureza continuada, de atendimento direto ao público, nas áreas de cultura, educação, saúde e assistência social.

Parágrafo único. Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme estabelecido no art. 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e na exigência do art. 26, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 19 – É vedada a destinação de recursos a entidades privadas a título de contribuição corrente e de capital, ressalvada a autorizada em lei específica ou

Paço Legislativo Edifício João Felipe Ribeiro – Rua Prof. João Leôncio S/N
C.G.C 35.049.485/0001-92, fone-fax: (88)3641-1113 Centro Pacujá-Ce

Rua Benjamin Gomes
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

R. Benjamim Gomes



CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

C.G.C 35.049.485/0001-92

Ano 2015

Independência e compromisso com o povo



entidade sem fins lucrativos, selecionada para execução, em parceria com a administração municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de metas a serem previstas no plano plurianual.

Parágrafo único. A transferência de recursos a título de contribuição corrente e de capital não autorizada em lei específica dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora e se processará nas seguintes modalidades:

- I – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos;
- II – Transferências a instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 20 – Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 18 e 19 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições que definam entre outros aspectos, critérios e objetivos de habitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - a aplicação de recursos de capital dar-se-á exclusivamente para a aquisição e instalação de equipamentos, bem como para as obras de adequação física necessária à instalação dos referidos equipamentos e para a aquisição de material permanente;

III – identificação do beneficiário e do valor da aplicação no respectivo convênio ou instrumento congênere.

Parágrafo único. A determinação contida no inciso II deste artigo não se aplica aos recursos alocados para programas habitacionais, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como elevar os padrões de habitacionalidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda.

Art. 21 – Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites fixados para as modalidades licitatórias a que se refere o art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 22 – Os projetos de lei relativos a créditos adicionais, com percentual fixado entre os limites de 40% à 80% para abertura de créditos adicionais suplementares, serão apresentados com o mesmo detalhamento da lei orçamentária e serão acompanhados de exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem.

Paço Legislativo Edifício João Felipe Ribeiro – Rua Prof. João Leôncio S/N
C.G.C 35.049.485/0001-92, fone-fax: (88)3641-1113 Centro Pacujá-Ce

Rita Benjamin Gomes
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

R. Benjamin Gomes



CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

C.G.C 35.049.485/0001-92

Ano 2015

Independência e compromisso com o povo



Art. 23 – O orçamento da Seguridade Social compreenderá as programações destinadas a atender às ações da saúde e assistência social, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

- I – do orçamento fiscal;
- II – das receitas, diretamente arrecadadas ou vinculadas, de órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integram, exclusivamente, este orçamento;
- III – da transferência de convênios.

Parágrafo único. As receitas de que trata o inciso II deste artigo, deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

Art. 24 – O Poder Legislativo do Município terá como limite máximo de despesas em 2016, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2015, nos termos do art. 29-A da Constituição da República, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

Parágrafo Primeiro - Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 25 – Para os efeitos do art. 168, da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Executivo, observados os limites anuais de sete por cento sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2015, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários, acrescidos, se for o caso, dos créditos adicionais.

Parágrafo Primeiro - Em caso da não-elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

Art. 26. A Assessoria Jurídica do Município, sem prejuízo do envio das relações de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos ou entidades devedores, encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças, até 15 de julho de 2015, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2016, conforme determina o artigo 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações, e por grupo de despesas, conforme detalhamento constante do artigo 4º desta Lei, especificando:

Paço Legislativo Edifício João Felipe Ribeiro – Rua Prof. João Leôncio S/N
C.G.C 35.049.485/0001-92, fone-fax: (88)3641-1113 Centro Pacujá-Ce

Rita Benjamin Gomes
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

Rita Benjamin Gomes



CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ
C.G.C 35.049.485/0001-92

Ano 2015

Independência e compromisso com o povo



- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo de causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor do precatório a ser pago; e
- VII - data do trânsito em julgado.

Art. 27 – Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com juros, encargos e amortizações da dívida corresponderão às operações de crédito contratadas até 30 de setembro de 2015.

Art. 28 – Cabe à Secretaria de Finanças, como Órgão Central de Planejamento e Orçamento, a responsabilidade de coordenação do processo de elaboração e consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, de que trata esta Lei, e determinará:

- I – o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;
- II – as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos órgãos da Administração Municipal, inclusive do Poder Legislativo, conforme previsto no art. 9 desta Lei, que constituirão o Projeto de Lei Orçamentária Anual.

SEÇÃO II
DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 29 – O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2016, e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida nesta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária e grupo de natureza da despesa.

Parágrafo único. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o caput deste artigo poderá haver ajuste na classificação funcional, na fonte de recursos, na modalidade de aplicação e no identificador de uso.

Art. 30 – A fonte de recurso, a modalidade de aplicação e o identificador de uso aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificados para atender às necessidades da execução, desde que justificada pela unidade orçamentária detentora do crédito à Secretaria de Finanças.

Paço Legislativo Edifício João Felipe Ribeiro – Rua Prof. João Leôncio S/N
C.G.C 35.049.485/0001-92, fone-fax: (88)3641-1113 Centro Pacujá-Ce

Rita Benjamin Gomes
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

R. Benjamin Gomes



CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

C.G.C 35.049.485/0001-92

Ano 2015

Independência e compromisso com o povo



Art. 31 – Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos aos créditos adicionais especiais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos projetos ou atividades correspondentes.

§ 2º Os projetos relativos à créditos adicionais especiais, destinados às despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Câmara Municipal por meio de projetos de lei específicos para atender exclusivamente a esta finalidade.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 32 – Na elaboração da estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na legislação tributária que esteja em tramitação na Câmara Municipal, em especial:

I – as modificações na legislação tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II – a concessão, redução e revogação de isenções fiscais;

III – a modificação de alíquotas dos tributos de competência municipal;

IV – outras alterações na legislação que proporcionem modificações na receita tributária.

Art. 33 – Ocorrendo alterações na legislação tributária posteriores ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que impliquem em excesso de arrecadação, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em relação à estimativa de receita constante do referido projeto de lei, os recursos adicionais serão objeto de crédito adicional, no decorrer do exercício de 2016.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Paço Legislativo Edifício João Felipe Ribeiro – Rua Prof. João Leôncio S/N
C.G.C 35.049.485/0001-92, fone-fax: (88)3641-1113 Centro Pacujá-Ce

Rita Benjamin Gomes
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ



CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ

C.G.C 35.049.485/0001-92

Ano 2015

Independência e compromisso com o povo



Art. 34. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixados, observando-se ao disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Complementar nº 101, de 2000 e na legislação municipal em vigor.

Art. 35. O reajuste salarial dos servidores públicos municipais, deverá seguir os preceitos estabelecidos por legislação municipal em vigor, conforme previsão de recurso orçamentário e financeiro previsto na Lei Orçamentária de 2016, em categoria de programação específica, observado o limite do artigo 21, da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 36. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, aumentos de remuneração, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observados os limites na Emenda Constitucional nº 25 de 14 de fevereiro de 2000, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37 – Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no Sistema de Contabilidade do Município no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 38 – São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovação suficiente da disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 39 – O Poder executivo deverá elaborar e publicar, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2016, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, por órgão e metas bimestrais de arrecadação, nos termos do art. 8º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas no anexo de que trata o art. 12 desta Lei.

Art. 40 – A Lei Orçamentária de 2016, conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no mínimo 0,2% da receita corrente líquida, da fonte do Tesouro, na forma definida no art. 10 desta Lei.

Paço Legislativo Edifício João Felipe Ribeiro – Rua Prof. João Leôncio S/N
C.G.C 35.049.485/0001-92, fone-fax: (88)3641-1113 Centro Pacujá-Ce

R. Benjamin Gomes

Rita Benjamin Gomes
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ

ANEXO DE METAS FISCAIS

Exercício Financeiro de 2016

Loc. Pacujá, S/Nº - Centro – Pacujá – Ceará - CEP: 62.180.000
CNPJ: 07.734.148/0001-07 – CGF: 06.920.163-3



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2016

LRF, Art. 4º, § 1º

ESPECIFICAÇÃO	2016				2017				2018			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	% PIB (a/PIB)x100
Receita Total	17.067.321	14.997.646	0,1303	17.408.667	14.715.695	0,1253	17.930.927	14.601.732	17.930.927	14.601.732	0,1200	0,1200
Receitas Primárias (I)	17.052.937	14.985.006	0,1307	17.393.996	14.703.293	0,1252	17.915.815	14.589.426	17.915.815	14.589.426	0,1199	0,1199
Despesa Total	17.111.182	15.036.188	0,1311	17.453.405	14.753.512	0,1256	17.977.007	14.639.257	17.977.007	14.639.257	0,1203	0,1203
Despesas Primárias (II)	17.026.094	14.961.418	0,1305	17.366.616	14.680.149	0,1250	17.887.614	14.566.461	17.887.614	14.566.461	0,1197	0,1197
Resultado Primário (I - II)	26.843	23.588	0,0002	27.380	23.144	0,0002	28.201	22.965	28.201	22.965	0,0002	0,0002
Resultado Nominal	144.856	127.290	0,0011	147.753	124.897	0,0011	226.063	184.090	226.063	184.090	0,0015	0,0015
Dívida Pública Consolidada	7.650.000	6.722.320	0,0586	7.803.000	6.595.943	0,0562	7.959.060	6.481.319	7.959.060	6.481.319	0,0533	0,0533
Dívida Consolidada Líquida	7.387.674	6.491.805	0,0566	7.535.427	6.369.761	0,0542	7.761.490	6.320.431	7.761.490	6.320.431	0,0520	0,0520

Fonte: IPEADATA/ IPECE-CE/ Relatórios da LRF

VARIÁVEIS	2016	2017	2018
PIB (Crescimento % anual)	2,00	2,00	3,00
IPCA (% anual)	5,60	4,50	4,50
Projeção do PIB - R\$ milhares	130.480.064	138.961.268	149.383.363

Fonte: DADOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, IBGE E IPECE



(Handwritten signature)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2016**

ESPECIFICAÇÃO	2014				VARIACÃO (II - I)	
	I - METAS PREVISTAS (a)	% PIB	II - METAS REALIZADAS (b)	% PIB	VALOR (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	16.800.000	0,1589	16.404.576	0,1492	-395.424,07	-2,35
Receitas Primárias (I)	16.785.800	0,1527	16.390.751	0,1491	-395.049,46	-2,35
Despesa Total	16.800.000	0,1589	16.446.734	0,1496	-353.266,39	-2,10
Despesas Primárias (II)	16.718.216	0,1581	16.364.950	0,1488	-353.266,39	-2,11
Resultado Primário (I - II)	67.584	0,0006	25.801	0,0002	-41.783,07	-61,82
Resultado Nominal	-5.659	0,0001	2.774.512	0,0252	2.780.170,51	-49128,30
Dívida Pública Consolidada	4.226.290	0,0400	7.100.801	0,0646	2.874.511,20	68,02
Dívida Consolidada Líquida	4.320.631	0,0409	7.100.801	0,0646	2.780.170,20	64,35

Fonte: LDO 2015

ESPECIFICAÇÃO	Valor - R\$ Milhares
Previsão do PIB Estadual para 2014 ¹	105.740.000
Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2014 ²	109.957.000

Fonte: ¹ Valor do PIB - previsão LDO Estado

² IBGE e IPECE. Elaboração: Diretoria de Estudos Macroeconômicos (IPECE)



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2016

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso II

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES																
	2013		2014		%	2015		%	2016		%	2017		%	2018		%
Receita Total	15.366.746	16.404.576			6,75	16.732.667			2,00	17.067.321			17.408.667			17.930.927	3,00
Receitas Primárias (I)	15.354.323	16.390.751			6,75	16.718.566			2,00	17.052.937			17.393.996			17.915.815	3,00
Despesa Total	15.545.347	16.446.734			5,80	16.775.668			2,00	17.111.182			17.453.405			17.977.007	3,00
Despesas Primárias (II)	15.445.837	16.364.950			5,95	16.692.249			2,00	17.026.094			17.366.616			17.887.614	3,00
Resultado Primário (I - II)	-91.514	25.801			-128,19	26.317			2,00	26.843			27.380			28.201	3,00
Resultado Nominal	1.620.903	2.774.512			71,17	142.016			-94,88	144.856			147.753			226.063	53,00
Dívida Pública Consolidada	4.326.290	7.100.801			64,13	7.500.000			5,62	7.650.000			7.803.000			7.959.060	2,00
Dívida Consolidada Líquida	4.326.290	7.100.801			64,13	7.242.817			2,00	7.387.674			7.535.427			7.761.490	3,00

Fonte: BACEN/ IPECE-CE / Relatórios da LRF

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso II

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	
Receita Total	14.518.845	14.605.214	0,59	15.464.573	5,88	14.997.646	-3,02	14.715.695	-1,88	14.601.732	-0,77	
Receitas Primárias (I)	14.507.108	14.592.905	0,59	15.451.539	5,88	14.985.006	-3,02	14.703.293	-1,88	14.589.426	-0,77	
Despesa Total	14.687.591	14.642.747	-0,31	15.504.314	5,88	15.036.188	-3,02	14.753.512	-1,88	14.639.257	-0,77	
Despesas Primárias (II)	14.593.573	14.569.934	-0,16	15.427.217	5,88	14.961.418	-3,02	14.680.149	-1,88	14.566.461	-0,77	
Resultado Primário (I - II)	-86.464	22.971	-126,57	24.322	5,88	23.588	-3,02	23.144	-1,88	22.965	-0,77	
Resultado Nominal	1.531.465	2.470.185	61,30	131.253	-94,69	127.290	-3,02	124.897	-1,88	184.090	47,39	
Dívida Pública Consolidada	4.087.575	6.321.938	54,66	6.931.608	9,64	6.722.320	-3,02	6.595.943	-1,88	6.481.319	-1,74	
Dívida Consolidada Líquida	4.087.575	6.321.938	54,66	6.693.916	5,88	6.491.805	-3,02	6.369.761	-1,88	6.320.431	-0,77	

Fonte: BACEN/ IPECE-CE / Relatórios da LRF

ÍNDICES DE INFLAÇÃO (Para Cálculo dos Valores Constantes)

2015	2016	2017	2018
8,20	5,60	4,50	4,50

Fonte: Dados do Banco Central do Brasil





PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2016

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso III						R\$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2013	%	2014	%
Patrimônio / Capital	(3.988.703)	100	(4.872.121)	100	(4.166.623)	100
Reservas						
Resultado Acumulado						
Total	(3.988.703)	100	(4.872.121)	100	(4.166.623)	100

Fonte: Relatórios da LRF da Prefeitura

Obs: Os valores acima apresentados incluem o patrimônio/capital dos órgãos da Administração Direta bem como o patrimônio/capital dos órgãos da Administração Indireta.

REGIME PREVIDENCIÁRIO

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso III						R\$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2013	%	2014	%
Patrimônio / Capital ¹						
Reservas						
Resultado Acumulado						
Total						

Fonte: Relatórios da LRF da Prefeitura / Balanço Municipal

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2016

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso III R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2012	2013	2014
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL (1)	-	-	-

Fonte: Relatórios da LRF da Prefeitura

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso III R\$ 1,00

DESPESAS EXECUTADAS (Liquidadas)	2012	2013	2014
APLICAÇÃO DE RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversão Financeira	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-

SALDO FINANCEIRO	2012	2013	2014
valor (III)	-	-	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2016

RS 1,00			
LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"			
RECEITAS	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) Dedução da Receita	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Intra-Orçamentárias) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) Deduções da Receita	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA (III) = (I+II)			





PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS 2016				
LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"				
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Exceto Intra-Orçamentária) (IV)	2012	2013	2014	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
PREVIDÊNCIA				
Pessoal Civil				
Pessoal Militar				
Outras Despesas Correntes				
Compensação Previd. do RPPS para o RGPS				
Demais Despesas Previdenciárias				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Intra-Orçamentária) (V)	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV+V)				
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III-VI)	0,00	0,00	0,00	

Fonte: Balancete do RPPS

(Handwritten signature)





PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2016**

LRF, Art4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

Setores/Programas/Beneficiário	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				Compensação
	Tributo/Contribuição	2016	2017	2018	
Contribuintes	Dívida Ativa IPTU	-	-	-	Recadastramento e Futuros Contribuintes

Fonte: Setor de Tributação – Prefeitura Municipal de Pacujá



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2016

Criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF a despesa obrigatória de caráter continuado, pode ser conceituada como despesa corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Normativo que fixe para o Ente a obrigação de sua execução por um período superior a dois anos. Da mesma forma será considerado aumento de despesa, a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

As despesas obrigatória de caráter continuado terão a sua expansão, em 2016, limitada ao crescimento da arrecadação municipal, direcionadas para a melhoria da qualidade dos serviços públicos ofertados à coletividade e para a ampliação do patrimônio do município, pertinente aos convênios já firmados e os a serem realizados.

Não ocorrerá, portanto, necessidade de compensação da expansão, já que as despesas estão sobre rígido controle para a consecução da meta de resultado primário estabelecida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Exercício Financeiro de 2016

Loc. Pacujá, S/Nº - Centro – Pacujá – Ceará - CEP: 62.180.000
CNPJ: 07.734.148/0001-07 – CGF: 06.920.163-3



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ

ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE PACUJÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS 2016

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Aumento de Despesa Corrente Municipal decorrente de Precatórios Judiciais através de ações Trabalhistas	100.000,00	Limitação de empenho, necessário a busca de equilíbrio financeiro. Aumento da arrecadação tributária Municipal	100.000,00
TOTAL	100.000,00	TOTAL	100.000,00

Ressaltamos que riscos repetitivos deixam de ser riscos, devendo ser tratadas no âmbito do planejamento, ou seja, devem ser incluídas como ações na Lei Orçamentária Anual do Município. Se a ocorrência de catástrofes naturais – como secas ou inundações – ou de epidemias – como a dengue – tem sazonalidade conhecida, as ações para mitigar seus efeitos, assim como as despesas decorrentes, devem ser previstas na LDO e na LOA do ente federativo afetado, e não ser tratada como risco fiscal no Anexo de Riscos Fiscais

